

PHILIP ROTH

COMPLÔ CONTRA A AMÉRICA

Tradução

Paulo Henriques Britto



COMPANHIA DE BOLSO

Copyright © 2004 by Philip Roth
Todos os direitos reservados

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Título original
The Plot Against America

Capa
Jeff Fisher

Preparação
Maria Cecília Caropreso

Revisão
Renato Potenza Rodrigues
Vivian Miwa Matsushita

Atualização ortográfica
Verba Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Roth, Philip

Complô contra a América / Philip Roth ; tradução Paulo
Henriques Britto. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia de Bolso,
2015.

Título original: The Plot Against America.
ISBN 978-85-359-2543-2

1. Romance norte-americano I. Título.

15-00647

CDD-813

Índice para catálogo sistemático:

I. Romances : Literatura norte-americana 813

2015

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (11) 3707-3500
Fax: (11) 3707-3501
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br

SUMÁRIO

1. *Junho de 1940-outubro de 1940*
Vote em Lindbergh ou vote a favor da guerra, 9
 2. *Novembro de 1940-junho de 1941*
Judeu falastrão, 57
 3. *Junho de 1941-dezembro de 1941*
Seguidores de cristãos, 99
 4. *Janeiro de 1942-fevereiro de 1942*
O coto, 141
 5. *Março de 1942-junho de 1942*
Nunca antes, 175
 6. *Mai de 1942-junho de 1942*
O país deles, 231
 7. *Junho de 1942-outubro de 1942*
Os tumultos anti-Winchell, 267
 8. *Outubro de 1942*
Tempos difíceis, 322
 9. *Outubro de 1942*
Medo perpétuo, 366
- Post-scriptum, 403
Sobre o autor, 437

1. *Junho de 1940-outubro de 1940*

VOTE EM LINDBERGH OU VOTE A FAVOR DA GUERRA

O medo domina estas lembranças, um medo perpétuo. Toda infância, é claro, tem seus terrores, mas me pergunto se eu não teria sido uma criança menos assustada se Lindbergh não tivesse chegado à Presidência ou se eu não fosse filho de judeus.

Quando ocorreu o choque inicial, em junho de 1940 — o lançamento da candidatura presidencial de Charles A. Lindbergh, o heroico aviador americano de renome mundial, na convenção do Partido Republicano, realizada em Filadélfia —, meu pai estava com trinta e nove anos; era corretor de seguros, tinha apenas o curso primário e ganhava um pouco menos de cinquenta dólares por semana, o que era suficiente para pagar as contas principais sem atraso mas não dava para quase mais nada. Minha mãe — que não pôde realizar o projeto de cursar a escola normal por falta de dinheiro, que depois de concluir o secundário continuou morando com os pais enquanto trabalhava como secretária, que conseguiu fazer com que não nos sentíssemos pobres durante a pior fase da Depressão utilizando o salário que meu pai lhe entregava todas as sextas-feiras com a mesma eficiência com que administrava a casa — tinha trinta e seis. Meu irmão, Sandy, que cursava a sétima série e tinha um talento prodigioso para o desenho, estava com doze anos, e eu, aluno da terceira série, embora pela minha idade devesse estar na segunda — e aprendiz de filatelista, inspirado, como milhões de outros meninos, pelo mais famoso colecionador do país, o presidente Roosevelt —, tinha sete.

Morávamos num pequeno sobrado de uma rua arborizada, toda de casas de madeira com varandas de tijolos vermelhos, cada varanda encimada por um telhado de cumeeira e com uma

área pequenina à frente cercada por uma sebe baixa. O bairro de Weequahic fora construído num loteamento de fazendas a sudoeste de Newark, pouco depois da Primeira Guerra Mundial; cerca de meia dúzia de ruas recebeu nome de comandantes navais vitoriosos da Guerra Hispano-Americana, uma prática imperial; e o cinema, em homenagem ao primo distante de Franklin Delano Roosevelt — e vigésimo sexto presidente da República —, chamava-se Cine Roosevelt. A rua em que morávamos, a Summit Avenue, ficava no ponto mais alto do bairro, um promontório de altitude considerável numa cidade portuária em que poucos pontos atingem mais de trinta metros acima do nível do pântano salgado a norte e a leste do perímetro urbano, e da baía profunda situada a leste do aeroporto, que contorna os tanques de óleo da península de Bayonne e lá se confunde com a baía de Nova York, passando pela Estátua da Liberdade e perdendo-se no Atlântico. Quem olhasse para o oeste da janela de fundos do nosso quarto, por vezes conseguia ver ao longe a massa escura das árvores dos montes Watchung, uma serra de baixa altitude cercada por grandes propriedades e subúrbios prósperos de baixa densidade populacional, fronteira extrema do mundo conhecido — a cerca de treze quilômetros de nossa casa. Seguindo para o sul, no quarteirão seguinte começava Hillside, uma cidade operária habitada majoritariamente por gentios. A divisa com Hillside assinalava também o início do condado de Union, que era uma New Jersey totalmente diferente da nossa.

Éramos uma família feliz em 1940. Meus pais eram extrovertidos e hospitaleiros; faziam amigos entre os colegas de trabalho de meu pai e as mulheres que, com minha mãe, haviam ajudado a organizar a Associação de Pais e Mestres da recém-construída Escola da Chancellor Avenue, onde eu e meus irmãos estudávamos. Todos eram judeus. Os homens do bairro eram ou pequenos comerciantes — donos da *bonbonnière*, da mercearia, da joalheria, da loja de roupas, da loja de móveis, do posto de gasolina, da delicatessen —, ou proprietários de pequenas indústrias perto da divisa Newark-Irvington, ou tra-

balhadores autônomos — encanadores, eletricitas, pintores e caldeireiros —, ou então vendedores ambulantes como meu pai, fora de casa o dia inteiro, caminhando pelas ruas da cidade e entrando nas casas das pessoas para vender seus produtos e vivendo das comissões. Os judeus médicos e advogados e os comerciantes afluentes, donos de lojas importantes no centro da cidade, moravam em casas individuais situadas nas transversais da encosta leste do promontório em que ficava a Chancellor Avenue, para os lados do Parque Weequahic, uma extensão de cento e vinte hectares cobertos de relva e árvores, com tratamento paisagístico dotado de um lago onde se podia andar de barco, de campo de golfe e de pista de corrida de carruagens. O parque separava Weequahic das fábricas e dos terminais portuários que se sucediam ao longo da Route 27, bem como do viaduto da Ferrovia Pensilvânia, mais para leste, e do aeroporto florescente, mais para leste, e da beirinha dos Estados Unidos, mais para leste — os armazéns e o cais do porto da baía de Newark, aonde chegavam carregamentos vindos do mundo inteiro. Na extremidade oeste do bairro, a mais afastada do parque, onde morávamos, vivia um ou outro professor ou farmacêutico, mas de modo geral havia bem poucos profissionais liberais na nossa vizinhança, e sem dúvida lá não morava nenhum membro das famílias ricas de empresários e industriais. Os homens trabalhavam cinquenta, sessenta, até setenta horas por semana, ou mais; as mulheres trabalhavam o tempo todo, sem contar com a ajuda de quase nenhum eletrodoméstico, lavando roupa, passando camisas, cerzindo meias, ajeitando colarinhos, pregando botões, embrulhando agasalhos de lã com naftalina no fim do inverno, passando lustra-móveis na mobília, varrendo e lavando assoalhos, lavando janelas, limpando pias, banheiras, privadas e fogões, passando aspirador de pó nos tapetes, cuidando dos doentes, fazendo compras, cozinhando, dando comida a parentes, arrumando armários e gavetas, supervisionando trabalhos de pintura e consertos domésticos, organizando atividades religiosas, pagando contas, administrando o orçamento doméstico e ao mesmo tempo tomando conta das crianças, cuidando de

sua saúde, roupa, limpeza, educação, nutrição, conduta, de seus aniversários, de sua disciplina e de sua moral. Umhas poucas mulheres trabalhavam ao lado dos maridos em lojas nas ruas comerciais do bairro, sendo ajudadas, depois do horário escolar e nos sábados, pelos filhos mais velhos, que faziam entregas e cuidavam dos estoques e da limpeza.

Para mim, era o trabalho, muito mais do que a religião, que identificava e distinguia nossos vizinhos. Ninguém no bairro usava barba nem vestia aqueles trajes europeus antiquados, tampouco andava de quipá na rua e nas casas em que eu entrava e saía todos os dias com meus amigos de infância. Os adultos minimamente religiosos já não observavam os costumes judaicos de maneira ostensiva, identificável, fora um ou outro homem mais velho, como o alfaiate e o açougueiro *kosher* — e os avós doentes ou decrépitos que eram obrigados a morar com os filhos adultos —, quase ninguém ali falava com sotaque. Em 1940, os casais judeus e seus filhos conversavam entre si num inglês americano mais parecido com a língua falada em Altoona ou Binghamton do que com os dialetos notoriamente utilizados do outro lado do Hudson pelos judeus nova-iorquinos. Havia inscrições em hebraico na vitrine do açougue e nas pequenas sinagogas do bairro, mas era só nesses lugares (e no cemitério) que encontrávamos o alfabeto do livro de orações em vez das letras bem conhecidas da língua nativa, utilizada o tempo todo por praticamente todos nós para todas as finalidades, elevadas ou humildes. No jornaleiro em frente à *bonbonnière* da esquina, a revista de turfe, *Racing Form*, vendia dez vezes mais exemplares do que o diário em ídiche, o *Forvertz*.

Israel ainda não existia, seis milhões de judeus europeus ainda não haviam deixado de existir, e a relevância da longínqua Palestina (sob mandato britânico desde que os aliados vitoriosos dissolveram, em 1918, as últimas províncias remotas do extinto Império Otomano) era para mim um mistério. Quando um desconhecido barbudo que jamais fora visto sem chapéu começou a aparecer regularmente em nossa casa, com intervalos de alguns meses, ao cair da tarde, pedindo, num inglês

macarrônico, contribuições para a criação de uma pátria para os judeus da Palestina, eu, que não era uma criança ignorante, não entendia o que ele estava fazendo à nossa porta. Meus pais davam algumas moedas a mim ou a Sandy para que as colocássemos em sua caixa de donativos, generosidade essa, pensava eu, motivada pelo desejo de não magoar os sentimentos de um pobre velho que nem mesmo com o passar dos anos conseguia enfiar na cabeça que havia três gerações já tínhamos uma pátria. Todas as manhãs, na escola, eu prestava o juramento à bandeira nacional. Com meus colegas, nas cerimônias, cantava hinos que louvavam as maravilhas de nosso país. Observava religiosamente os feriados nacionais, e jamais me ocorreu questionar minha empolgação com a queima de fogos do Dia da Independência, pelo peru do Dia de Ação de Graças ou pela partida dupla de beisebol no Dia do Soldado. A nossa pátria era os Estados Unidos da América.

Nesse momento os republicanos lançaram a candidatura Lindbergh, e tudo mudou.

Havia mais de dez anos que Lindbergh era um herói tão adorado em nosso bairro quanto em qualquer outro lugar. Sua chegada a Paris, após voar sozinho durante trinta e três horas e meia sem parar, partindo de Long Island num pequeno monomotor chamado *Spirit of St. Louis*, por acaso coincidiu com o dia da primavera de 1927 em que minha mãe descobriu estar grávida de meu irmão mais velho. Assim, o jovem aviador cuja ousadia emocionara toda a nação e o mundo, cujo feito apontava para um futuro de progressos aeronáuticos inimagináveis, passou a ocupar um lugar todo especial na galeria de casos familiares que origina a primeira mitologia coerente de uma criança. O mistério da gravidez e o heroísmo de Lindbergh se misturaram na minha cabeça para conferir uma distinção quase divina à minha mãe, já que a encarnação de seu primeiro filho veio acompanhada de nada menos do que uma anunciação global. Sandy viria a registrar esse momento com um desenho que representava a justaposição

desses dois eventos magníficos. No desenho — que ele concluiu com nove anos de idade e que demonstrava uma afinidade inconsciente com os cartazes de propaganda soviéticos — Sandy a imaginava a alguns quilômetros de nossa casa, em meio a uma multidão delirante na esquina das ruas Broad e Market. Uma moça esguia de vinte e três anos, de cabelo negro e sorriso escancarado, ela aparece surpreendentemente desacompanhada, usando seu avental de florzinhas no cruzamento das duas principais artérias da cidade; tendo uma das mãos aberta diante do avental, por trás do qual os quadris estreitos ainda não indicam seu estado, enquanto com a outra é a única pessoa na multidão a apontar para o céu, na direção do *Spirit of St. Louis*, que passa sobre o centro de Newark no exato instante em que ela se dá conta de que, num feito tão triunfal para um ser humano quanto o de Lindbergh, concebeu Sanford Roth.

Sandy estava com quatro anos e eu, Philip, ainda não era nascido quando, em março de 1932, o primogênito de Charles e Anne Morrow Lindbergh, um menino cujo nascimento, um ano e oito meses antes, fora comemorado em todo o país, foi raptado da casa da família, que vivia isolada num lugarejo chamado Hopewell, em New Jersey. Cerca de dez semanas depois, o cadáver já putrefato da criança foi descoberto por acaso no meio do mato, a alguns quilômetros da residência. O bebê havia sido assassinado ou morto por acidente depois de ser retirado do berço e, na escuridão, ainda envolto nas roupas de cama, carregado pela janela para fora de seu quarto no andar de cima da casa por meio de uma escada improvisada, enquanto a mãe e a mãe se entregavam a seus afazeres noturnos habituais em outros cômodos da residência. Quando o julgamento por rapto e morte em Flemington, New Jersey, chegou ao término, em fevereiro de 1935, com a condenação de Bruno Hauptmann — um ex-presidiário alemão de trinta e cinco anos que morava no Bronx com a esposa, também alemã —, a bravura do autor do primeiro voo transatlântico solitário já estava impregnada por um sentido trágico que o transformava num herói martirizado comparável a Lincoln.

Após o julgamento, os Lindbergh partiram do país na esperança de que, graças a uma estada no estrangeiro, o novo bebê Lindbergh corresse menos riscos e eles próprios recuperassem algo da privacidade que desejavam. A família se instalou numa cidadezinha da Inglaterra, e Lindbergh, por iniciativa própria, começou a fazer as viagens à Alemanha nazista que o transformariam em vilão para a maioria dos judeus americanos. No decorrer dessas cinco visitas, durante as quais viu com os próprios olhos a magnitude da máquina bélica alemã, foi ostensivamente recebido pelo marechal Göring e cerimoniosamente condecorado em nome do *Führer*, e manifestou de modo inequívoco o elevado apreço que tinha por Hitler, dizendo que a Alemanha era “a nação mais interessante” do mundo e seu líder, “um grande homem”. E todo esse interesse e admiração foram manifestados *depois* que as leis raciais aprovadas por Hitler em 1935 privaram os judeus da Alemanha de seus direitos civis, sociais e de propriedade, cancelaram sua cidadania e proibiram casamentos mistos com arianos.

Quando entrei para a escola em 1938, o nome de Lindbergh provocava em nossa casa o mesmo tipo de indignação evocado pelos programas radiofônicos dominicais do padre Coughlin, de Detroit, que publicava um hebdomadário de direita chamado *Social Justice*, cuja virulência antisemita atizou as paixões de um público considerável durante todo o período da Depressão. Foi em novembro de 1938 — o ano mais negro, mais terrível dos últimos dezoito séculos para os judeus da Europa — que o pior *pogrom* dos tempos modernos, a *Kristallnacht*, foi instigado pelos nazistas em toda a Alemanha: sinagogas incendiadas, residências e propriedades comerciais de judeus destruídas e, no decorrer de toda uma noite que foi um presságio do futuro monstruoso, milhares de judeus retirados à força de suas casas e transportados para campos de concentração. Quando sugeriram a Lindbergh que, diante daquela selvageria sem precedentes perpetrada por um Estado contra seus próprios cidadãos nativos, talvez fosse o caso de ele devolver a cruz de ouro enfeitada com quatro suásticas que lhe fora conferida em nome do *Führer*

pelo marechal Göring, ele se recusou a fazê-lo, argumentando que, para ele, devolver publicamente a Medalha da Cruz de Serviço da Águia Alemã seria “um insulto desnecessário” à liderança nazista.

Lindbergh foi o primeiro americano famoso vivo que aprendi a odiar — assim como o presidente Roosevelt foi o primeiro americano famoso vivo que me ensinaram a amar —, e assim sua indicação pelo Partido Republicano para disputar a Presidência com Roosevelt em 1940 abalou, como nada abalaria antes, a imensa segurança pessoal que eu sentia como coisa natural, sendo um menino americano filho de pais americanos que estudava numa escola americana e morava numa cidade americana num período em que a nação americana estava em paz com o mundo.

A única ameaça comparável ocorrera pouco mais de um ano antes, quando, por ter mantido um nível elevado de vendas durante o pior período da Depressão como corretor na filial de Newark da companhia de seguros Metropolitan Life, meu pai foi convidado a aceitar o cargo de gerente assistente, para coordenar o trabalho dos corretores que atuavam na filial de Union, cidade a dez quilômetros de nossa casa, a respeito da qual só o que eu sabia era que lá havia um cinema *drive-in* que funcionava mesmo que chovesse; e aceitando a promoção meu pai teria de se mudar para lá com a família. Como gerente assistente, em pouco tempo meu pai poderia passar a ganhar setenta e cinco dólares por semana, e a médio prazo seu salário semanal talvez chegasse a cem, o que em 1939 representava uma fortuna para pessoas com perspectivas de vida como as nossas. E como em Union havia casas unifamiliares à venda, graças à Depressão, por uns poucos milhares de dólares, ele poderia realizar a ambição que nutrira desde o tempo em que, menino pobre, morava num cortiço em Newark: tornar-se um cidadão americano com casa própria. “Orgulho de proprietário” era uma das expressões prediletas de meu pai, pois sintetizava um ideal tão concreto

quanto o pão para um homem com as suas origens, um ideal que não estava ligado à competitividade social nem ao consumo conspícuo, e sim a sua imagem de pai de família e provedor.

O único problema era que em Union — tal como em Hillside, uma comunidade operária de gentios — muito provavelmente meu pai seria o único judeu trabalhando numa filial em que havia trinta e cinco pessoas, minha mãe seria a única mulher judia da rua e eu e Sandy seríamos os únicos alunos judeus da escola.

Na semana em que meu pai recebeu a oferta de promoção — uma promoção que, acima de tudo, atenderia aos anseios de um mínimo de segurança financeira de uma família em plena Depressão —, nós quatro fomos no sábado, depois do almoço, fazer uma visita a Union. Mas tão logo chegamos lá e começamos a rodar pelas ruas residenciais, olhando pelas janelas do carro para as casas de dois andares — não exatamente todas idênticas, porém cada uma com sua varanda telada, gramado bem aparado, arbustos e caminho de cascalho que dava numa garagem com vaga única, casas muito modestas mas assim mesmo mais espaçosas do que nosso apartamento de dois quartos e sala, casas bem semelhantes às casinhas brancas que víamos nos filmes passados em cidadezinhas típicas do interior dos Estados Unidos —, tão logo chegamos lá, nossa inocente alegria motivada pela possibilidade de ascensão social e orgulho proprietário foi substituída, como era de se esperar, por uma certa dúvida quanto aos limites da caridade cristã. Quando meu pai lhe perguntou: “O que você acha, Bess?”, minha mãe, uma pessoa normalmente cheia de energia, reagiu com um entusiasmo que até mesmo uma criança podia perceber que era fingido. E, embora eu fosse ainda bem pequeno, compreendi o motivo; sabia que ela estava pensando: “A nossa casa vai ser ‘a casa dos judeus’. Vai ser igualzinho como era em Elizabeth”.

Elizabeth, New Jersey, no tempo em que minha mãe era menina e morava num apartamento nos altos da mercearia de seu pai, era um porto industrial quatro vezes menor do que Newark, dominado pela classe trabalhadora irlandesa, seus po-

líticos e uma vida social intensa que girava em torno das muitas igrejas da cidade; embora eu nunca a tivesse ouvido se queixar de ter sido maltratada de modo ostensivo em Elizabeth quando menina, foi só quando ela se casou e se mudou para o novo bairro judeu de Newark que adquiriu a autoconfiança que lhe permitiu se tornar coordenadora de série da Associação de Pais e Mestres, depois vice-presidente da APM, encarregada de criar um Clube de Mães do Jardim de Infância e, por fim, presidente da APM, quando propôs, durante um congresso em Trenton dedicado ao tema paralisia infantil, um baile beneficente a ser realizado todos os anos no dia 30 de janeiro — aniversário do presidente Roosevelt —, proposta aceita pela maioria das escolas de Newark. Na primavera de 1939, ela já estava no segundo ano de sua bem-sucedida carreira de líder progressista — apoiava um jovem professor de estudos sociais interessado em introduzir a “educação visual” nas salas de aulas da escola da Chancellor Avenue — e agora era inevitável ela pensar que estaria abrindo mão de tudo que havia realizado como esposa e mãe na Summit Avenue. Se tivéssemos a felicidade de comprar uma casa em uma daquelas ruas de Union, que estávamos vendo na primavera, a melhor época, minha mãe não apenas voltaria a ter o *status* de seus tempos de menina, como filha de um imigrante judeu, dono de uma mercearia em Elizabeth, cidade de católicos irlandeses, como também — o que era ainda pior — eu e Sandy seríamos obrigados a passar por tudo que ela havia passado como forasteira em seu próprio bairro.

Apesar do desânimo de minha mãe, meu pai fez o que pôde para nos manter empolgados, comentando que tudo parecia muito limpo e bem cuidado, chamando minha atenção e a de meu irmão para o fato de que se nos mudássemos para uma daquelas casas não teríamos mais de dividir o mesmo quarto pequeno e o mesmo armário, e explicando as vantagens de se pagarem prestações em vez de aluguel, uma aula de princípios de economia que terminou de repente quando ele foi obrigado a parar o carro no sinal fechado ao lado de uma espécie de bar ao ar livre que ocupava toda uma esquina. Havia mesas verdes

de piquenique espalhadas sob as árvores frondosas, e naquela tarde ensolarada de sábado garçons de uniforme branco andavam lépidos por entre as mesas, equilibrando bandejas cheias de garrafas, jarras e pratos, enquanto homens das idades mais variadas reunidos em torno das mesas fumavam cigarros, cachimbos e charutos e bebiam em grandes goles de canecos com ou sem tampa. Havia música também — um acordeão tocado por um homenzinho gordo de calça curta e meias compridas, com um chapéu enfeitado por uma pena comprida.

“Filhos da puta!”, exclamou meu pai. “Fascistas sem-vergonha!” Então o sinal abriu e seguimos em frente em silêncio, para ver o prédio onde meu pai teria uma oportunidade de ganhar mais do que cinquenta dólares por semana.

Foi meu irmão, quando nos deitamos naquela noite, que me explicou por que meu pai havia se descontrolado e xingado aqueles homens na frente dos filhos: o parque espaçoso e alegre no meio da cidade era uma cervejaria ao ar livre e tinha algo a ver com a Associação Teuto-Americana, e a Associação Teuto-Americana tinha algo a ver com Hitler, e Hitler — isso ninguém precisava me dizer — tinha tudo a ver com a perseguição aos judeus.

O licor do antissemitismo. Era o que eu imaginava que todos bebiam com tanta alegria naquela cervejaria — como todos os nazistas em toda parte bebiam canecos e mais canecos de antissemitismo como se estivessem tomando o remédio de todos os males.

Meu pai teve de se ausentar do trabalho por uma manhã para ir à sede da firma em Nova York — um prédio alto coroado por um farol que, segundo a empresa afirmava com orgulho, era “A Luz que Jamais se Apaga” — e dizer ao supervisor das agências que não iria aceitar a promoção que tanto desejava.

“A culpa é minha”, disse minha mãe logo que ele começou a relatar, à mesa do jantar, o que havia transcorrido no décimo oitavo andar do prédio localizado no número 1 da Madison Avenue.

“Não é culpa de ninguém”, disse meu pai. “Antes de sair eu

já tinha explicado o que ia dizer a ele, e fui lá e disse isso mesmo, e pronto. Nós não vamos nos mudar para Union, meninos. Vamos ficar aqui mesmo.”

“E o que foi que ele fez?”, perguntou minha mãe.

“Ele ouviu tudo que eu tinha a dizer.”

“E depois?”, ela indagou.

“Ele se levantou e apertou minha mão.”

“Não disse nada?”

“Disse: ‘Boa sorte, Roth’.”

“Ele estava zangado com você.”

“O Hatcher é um cavalheiro à antiga. Um góí grandalhão, um metro e oitenta de altura. Parece artista de cinema. Sessentão, totalmente em forma. São essas as pessoas que mandam, Bess — essa gente não perde tempo se zangando com um sujeito como eu.”

“E agora?”, ela perguntou, dando a entender que o que viesse a acontecer como resultado daquela reunião com Hatcher não seria nada de bom, e talvez fosse terrível. E eu julgava entender o motivo. Se você se esforçar, consegue fazer o que quiser — era esse o axioma que nossos pais nos haviam ensinado. À mesa do jantar, meu pai sempre repetia para nós: “Se alguém perguntar: ‘Você é capaz de fazer isso? Você tem condição?’, vocês devem sempre responder: ‘Claro’. Quando descobrirem que vocês na verdade não sabiam fazer o que era para fazer, vocês já vão ter aprendido, e aí o emprego é seu. E quem sabe, pode ser a oportunidade que só aparece uma vez na vida”. No entanto, em Nova York ele não fizera nada disso.

“O que foi que o Chefe disse?”, minha mãe perguntou. “O Chefe” era como chamávamos o gerente da filial de Newark, onde meu pai trabalhava, Sam Peterfreund. Naquele tempo em que havia cotas secretas limitando o número de judeus que podiam frequentar faculdades e escolas profissionalizantes, em que uma discriminação incontestável impedia que os judeus fossem promovidos a cargos de chefia nas grandes empresas e em que havia restrições rígidas proibindo o ingresso de judeus em milhares de organizações sociais e instituições comunitárias, Peterfreund

foi um dos primeiros e raríssimos judeus a ocupar cargos administrativos na Metropolitan Life. “Foi ele que propôs seu nome”, disse minha mãe. “Como será que *ele* está se sentindo?”

“Sabe o que ele me falou depois que eu voltei? Sabe o que me disse sobre a filial de Union? Ela está *assim* de bêbado. É famosa pelos bêbados. Antes ele não quis influenciar a minha decisão. Não queria me atrapalhar, se eu estava mesmo decidido. Diz que todo mundo sabe que os corretores de lá trabalham duas horas na parte da manhã e passam o resto do dia no botequim ou em lugares ainda piores. E queriam que eu fosse pra lá, eu, o judeu, o novo patrão judeu que os góis estão todos doidos pra ter, queriam que eu fosse lá pra ir pegar os corretores nos botequins. Queriam que eu fosse lá pra dizer a eles que eles têm que trabalhar pra sustentar as mulheres e os filhos. Imagina só como eles iam adorar me ouvir dizendo isso. Imagina só os nomes que eles iam me chamar pelas costas. Não, melhor ficar onde estou. Melhor pra todos nós.”

“Mas será que a companhia pode demitir você por não ter aceitado?”

“Meu bem, eu fiz o que fiz, e ponto final.”

Mas minha mãe não acreditava que o Chefe tinha mesmo dito aquilo; achava que meu pai havia inventado a história para que ela não ficasse se culpando por ele ter se recusado a se mudar com os filhos para uma cidade gentia dominada pela Associação Teuto-Americana, fazendo-o perder uma oportunidade que só apareceria uma vez na vida *dele*.

Os Lindbergh voltaram para retomar sua vida nos Estados Unidos em abril de 1939. Poucos meses depois, em setembro, tendo anexado a Áustria e invadido a Tchecoslováquia, Hitler entrou na Polônia e conquistou o país; a França e a Grã-Bretanha reagiram declarando guerra à Alemanha. Nessa época, Lindbergh atuava como coronel da Força Aérea do Exército e começou a viajar por todo o país em nome do governo norte-americano, defendendo o desenvolvimento da aviação do país

e a expansão e a modernização desse setor das Forças Armadas. Quando Hitler rapidamente ocupou a Dinamarca, a Noruega, a Holanda e a Bélgica, e praticamente derrotou a França, desencadeando a segunda grande guerra europeia do século, o coronel da Força Aérea tornou-se o ídolo dos isolacionistas — e inimigo de Roosevelt — quando assumiu como missão adicional a tarefa de impedir que os Estados Unidos fossem levados a entrar na guerra ou a oferecer qualquer tipo de auxílio aos britânicos e aos franceses. Já havia uma antipatia forte entre Lindbergh e Roosevelt, mas a partir do momento em que o coronel passou a declarar abertamente, em grandes assembleias públicas, em transmissões radiofônicas e em revistas populares, que o presidente enganava o país com suas promessas de paz ao mesmo tempo que secretamente promovia agitações e planejava mergulhar o país no conflito armado, alguns membros do Partido Republicano passaram a ver Lindbergh como o homem capaz de impedir que “o belicista da Casa Branca” conquistasse um terceiro mandato presidencial.

Quanto mais Roosevelt pressionava o Congresso no sentido de levantar o embargo armamentista e abrir brechas na posição de neutralidade do país para que a Grã-Bretanha não fosse derrotada, mais diretamente era atacado por Lindbergh, até que este pronunciou o famoso discurso radiofônico, diante de uma enorme plateia entusiástica em Des Moines, em que incluiu entre “os grupos mais importantes que estão empurrando esta nação em direção à guerra” um grupo que constituía menos de três por cento da população, ora designado como “o povo judeu”, ora como “a raça judaica”.

“Nenhuma pessoa dotada de honestidade e visão”, afirmou Lindbergh, “pode examinar a atual política pró-guerra sem se dar conta dos perigos que ela implica tanto para nós quanto para eles.” Em seguida, com uma franqueza notável, acrescentou:

Uns poucos judeus de visão têm consciência disso e se opõem à intervenção. Mas a maioria ainda não o faz. [...] Não podemos lhes negar o direito de defender o que eles

consideraram seus próprios interesses, porém devemos também cuidar dos nossos. Não podemos permitir que as paixões e preconceitos naturais de outros povos levem nosso país à destruição.

No dia seguinte, as acusações que haviam sido recebidas com aplausos entusiásticos em Iowa foram vigorosamente criticadas por jornalistas liberais, pelo assessor de imprensa de Roosevelt, por agências e organizações judaicas e até mesmo, dentro do Partido Republicano, pelo promotor público de Nova York, Thomas Dewey, e pelo advogado de Wall Street Wendell Willkie, ambos candidatos potenciais à Presidência. Foram tão sérias as críticas feitas por secretários de Estado filiados ao Partido Democrata, como o secretário do Interior Harold Ickes, que Lindbergh abriu mão de sua patente de coronel do Exército de reserva para não ter de servir sob o comando de Roosevelt. Porém o Comitê América em Primeiro Lugar, a organização mais abrangente entre as que lideravam a luta contra a intervenção militar, manteve seu apoio a ele, e Lindbergh continuou sendo o mais popular defensor da neutralidade. Para muitos membros da América em Primeiro Lugar, não havia como refutar (nem mesmo com base em fatos) a ideia defendida por Lindbergh de que “o maior perigo” que os judeus representavam para a nação era serem eles “proprietários e forças influentes nas esferas do cinema, da imprensa, do rádio e do governo”. Quando Lindbergh escrevia, com orgulho, a respeito de “nosso legado de sangue europeu”, quando alertava contra “a diluição causada por raças estrangeiras” e “a infiltração de sangue inferior” (expressões encontradas em trechos de seu diário referentes àquela época), ele estava registrando convicções pessoais compartilhadas com parte considerável dos membros mais tradicionais da América em Primeiro Lugar, e também com um grupo mais radical — maior até mesmo do que imaginavam meu pai, que odiava o antissemitismo, ou minha mãe, que nutria uma desconfiança profundamente arraigada contra os cristãos — que florescia por todos os Estados Unidos.